

REGULATORY UPDATE

Janeiro2023



A AEM publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

SPOTLIGHT

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

CMVM - Relatório de consulta sobre Inteligência Artificial e Mercado de Capitais - [DOC](#)

CMVM - Risk Outlook para 2023 - [DOC](#)

EUROPEAN PARLIAMENT - The **Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)** [Directive (EU) 2022/2464 of 14 December 2022] was published in the Official Journal of the European Union on 16 December 2022 - [DOC](#)

EUROPEAN PARLIAMENT - Directive (EU) 2022/2381 of the European Parliament and of the Council of 23 November 2022 on improving the **gender balance among directors of listed companies** and related measures - [DOC](#)

EUROPEAN PARLIAMENT - The **Digital Operational Resilience Act (DORA)** and the Amending Directive were published in the Official Journal of the EU on 27 December 2022 - [DOC](#)

EUROPEAN COUNCIL - The Council of the EU announced its vote in favour of final compromise amendments to the Commission's **MIFID II and MiFIR proposals in the EU MIFID Review**. The texts will represent the Council's negotiating position for trilogues, which are expected to commence around Q2 2023 - [DOC](#)

EUROPEAN COUNCIL - Council Directive (EU) 2022/2523 of 14 December 2022 on ensuring a **global minimum level of taxation for multinational enterprise groups and large-scale domestic groups** in the Union - [DOC](#)

EUROPEAN COMMISSION - Commissioner McGuinness speech on **Sustainable Finance initiatives** - [DOC](#)

EBA - Roadmap on sustainable finance; the roadmap explains EBA's approach over the next three years to integrate ESG risks considerations in the banking framework - [DOC](#)

EBA - Consultation on new **guidelines to tackle de-risking** based on a paper on two sets of guidelines on the **effective management of money laundering and terrorist financing risks** when providing access to financial services. The consultation closes on 6 February 2023 - [DOC](#)

ESMA - Guidelines and technical documentation for **reporting under EMIR REFIT** - [DOC](#)

EUROPEAN COMMISSION - Letter sent to EBA requesting technical advice regarding certain delegated acts that the Commission intends to adopt under the **Regulation on Markets in Cryptoassets (MiCA)** - [DOC](#)

UNCTAD - **Handbook of Statistics 2022** - [DOC](#)

WORLD ECONOMIC FORUM - **Global Risks Report 2023** - [DOC](#)



FOCUS ON...

PORTUGAL

GOVERNO DE PORTUGAL - Aprovados Programas do Portugal 2030 - PT2030 - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL - Balanço 2022: Economia, Emprego e Finanças Públicas - [DOC](#)

DGO - Síntese de Execução Orçamental - [DOC](#)

DGO - Dados da Execução Orçamental Mensais, Trimestrais e Anuais - [DOC](#)

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - O Salário Médio em Portugal - [DOC](#)

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - Alavancar o Salário no Talento - [DOC](#)

COLABOR - Os salários em Portugal: padrões de evolução, inflação e desigualdades - [DOC](#)

GEE - GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS (MINISTÉRIO DA ECONOMIA) - European Industrial Strategy in the recent context: Industrial Ecosystems and Strategic Dependencies' insights from Portugal - [DOC](#)

IGCP - Programa de Financiamento da República Portuguesa para 2023 - [DOC](#)

IGCP - Apresentação a Investidores: "Portugal - Fiscal outperformance and sustained debt decline" - [DOC](#)

IPP - INSTITUTE OF PUBLIC POLICY - Digital Transition in the Recovery and Resilience Plan: Challenges for Portugal - [DOC](#)

EUROPEAN COMMISSION - Preliminary assessment of the second payment request for Portugal - [DOC](#)

ORÇAMENTO DE ESTADO 2023

Lei n.º 24-D/2022, de 30 de Dezembro

Orçamento do Estado para 2023 - [DOC](#)

Lei n.º 24-C/2022, de 30 de Dezembro

Lei das Grandes Opções para 2022-2026 - [DOC](#)

ORDEM DOS ECONOMISTAS CERTIFICADOS - Análise da OCC relativa ao OE2023 - [DOC](#)



FOCUS ON...

"SLAVA UKRAINI"

Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2022, de 28 de Dezembro

Revê os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL - Carta Circular n.º CC/2022/00000039 - Informa, na sequência da divulgação de comunicados do GAFI (reunião plenária de outubro de 2022), sobre a adoção de contramedidas proporcionais ao risco muito elevado de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, relativamente à República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e à República Islâmica do Irão. Salienta as medidas adicionais adotadas pelo GAFI relativamente à Federação da Rússia - [DOC](#)

PLANAPP - 9 meses de guerra - Balanço e Prospetiva - [DOC](#)

EUR-LEX - Resolução do Parlamento Europeu, de 5 de maio de 2022, sobre o impacto da guerra ilegal russa de agressão à Ucrânia nos setores dos transportes e do turismo da UE - [DOC](#)

EUR-LEX - Decision (EU) 2022/2512 of the European Parliament and of the Council of 14 December 2022 on the non-acceptance of travel documents of the Russian Federation issued in Ukraine and Georgia - [DOC](#)



FOCUS ON...

IA, DADOS, CIBERSEGURANÇA

CMVM - Relatório de consulta sobre Inteligência Artificial e Mercado de Capitais - [DOC](#)

CNCS - 4ª edição do Relatório Sociedade do Observatório de Cibersegurança em Portugal - [DOC](#)

CNCS - Boletim de dezembro de 2022 - [DOC](#)

EUR-LEX - Resumo do parecer da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados sobre a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 389/2012 no que respeita à troca de informações mantidas nos registos eletrónicos respeitantes a operadores económicos que efetuem movimentos entre Estados-Membros de produtos sujeitos a impostos especiais de consumo para fins comerciais 2022/C 466/08 - [DOC](#)

EUR-LEX - Diretiva (UE) 2022/2555 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União que altera o Regulamento (UE) 910/2014 e a Diretiva (UE) 2018/1972 e revoga a Diretiva (UE) 2016/1148 (Diretiva SRI 2) - [DOC](#)

ENISA - Foreign Information Manipulation Interference (FIMI) and Cybersecurity - [DOC](#)

BIS - Cryptocurrencies and Decentralised Finance (DeFi) - [DOC](#)

DELOITTE - Cyber Risk Services - [DOC](#)

OECD - Landmark agreement adopted on safeguarding privacy in law enforcement and national security data access - [DOC](#)

WEF - Unlocking Value from Artificial Intelligence in Manufacturing - [DOC](#)

WEF - The Business Imperative of Cyber Information Sharing for Our Collective Defence - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei n.º 24-E/2022, de 30 de Dezembro

Altera o Código dos Impostos Especiais de Consumo, a Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/1151 e 2020/262 - [DOC](#)

Lei n.º 24-D/2022, de 30 de Dezembro

Orçamento do Estado para 2023 - [DOC](#)

Lei n.º 24-C/2022, de 30 de Dezembro

Lei das Grandes Opções para 2022-2026 - [DOC](#)

Lei n.º 24-B/2022, de 30 de Dezembro

Regulamenta as contribuições de solidariedade temporárias sobre os setores da energia e da distribuição alimentar - [DOC](#)

Lei n.º 24-A/2022, de 23 de Dezembro

Procede à alteração do regime jurídico das autarquias locais, aprofundando o regime das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais - [DOC](#)

Lei n.º 23-A/2022, de 9 de Dezembro

Transpõe a Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e a Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Código dos Valores Mobiliários e legislação conexa - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 90/2022, de 30 de Dezembro

Prorroga a validade de diversos documentos - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de Dezembro

Estabelece um regime excecional de atualização das tarifas e taxas de portagem para o ano de 2023 e procede à atribuição de um apoio à utilização de autoestradas e pontes concessionadas sujeitas ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 85-B/2022, de 22 de Dezembro

Estabelece um apoio às famílias vulneráveis em face do aumento extraordinário dos preços - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 85-A/2022, de 22 de Dezembro

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2023 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 85/2022, de 21 de Dezembro

Introduz medidas de flexibilização de diversas obrigações declarativas, de pagamento e de faturação e simplifica as obrigações fiscais decorrentes da venda à rede do excedente da eletricidade produzida para autoconsumo - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 84-D/2022, de 9 de Dezembro

Aprova a criação do regime transitório de estabilização de preços do gás por pessoas coletivas com consumos superiores a 10 000 m³ - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 84-C/2022, de 9 de Dezembro

Transpõe a Diretiva (UE) 2019/520, relativa à interoperabilidade dos sistemas eletrónicos de portagem rodoviária - [DOC](#)



Decreto-Lei n.º 84-B/2022, de 9 de Dezembro

Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1936, relativa à gestão da segurança da infraestrutura rodoviária - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 84-A/2022, de 9 de Dezembro

Altera o regime de avaliação e gestão do ruído ambiente, transpondo diversas diretivas da União Europeia - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 83/2022, de 9 de Dezembro

Completa a transposição da Diretiva (UE) 2019/904, definindo os regimes de responsabilidade alargada do produtor de determinados produtos de plástico de utilização única - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2022, de 27 de Dezembro

Autoriza a concessão de um apoio extraordinário e excecional com vista à mitigação dos efeitos do aumento de preços do combustível no setor dos transportes públicos de passageiros - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2022, de 28 de Dezembro

Aprova a Estratégia Nacional para a Conetividade em Redes de Comunicações Eletrónicas de Capacidade Muito Elevada 2023-2030 - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2022, de 28 de Dezembro

Renova a declaração da TAP, S. A., da Portugália, S. A., e da Cateringpor, S. A., em situação económica difícil - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022, de 9 de Dezembro

Aprova a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 1-A/2022, de 3 de Janeiro

Retifica a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2023 - [DOC](#)

Portaria n.º 312-F/2022, de 30 de Dezembro

Revisão e fixação dos valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos - [DOC](#)

Portaria n.º 312-E/2022, de 30 de Dezembro

Regulamenta a contribuição de solidariedade temporária aplicável à distribuição alimentar - [DOC](#)

Portaria n.º 312-D/2022, de 30 de Dezembro

Prorroga até 30 de junho de 2023 o regime transitório aplicável aos abastecimentos realizados em ou para instalações de consumo próprio no âmbito do regime do «gasóleo profissional» - [DOC](#)

Portaria n.º 312-B/2022, de 30 de Dezembro

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 286/2017, de 28 de setembro, e à segunda alteração à Portaria n.º 287/2017, de 28 de setembro, alterada pela Portaria n.º 190-B/2019, de 21 de junho - [DOC](#)

Portaria n.º 307/2022, de 27 de Dezembro

Aprova a DMR (declaração mensal de remunerações — AT) e respetivas instruções de preenchimento - [DOC](#)

Portaria n.º 301/2022, de 20 de Dezembro

Aprova o desenvolvimento do programa-piloto «Semana de Quatro Dias», que visa a adoção experimental, pelas entidades empregadoras e seus trabalhadores, de uma redução da semana de trabalho para quatro dias - [DOC](#)

Portaria n.º 298/2022, de 16 de Dezembro

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS) - [DOC](#)

Portaria n.º 293/2022, de 12 de Dezembro

Procede à terceira alteração da Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto, que regula a medida Estágios ATIVAR.PT, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados - [DOC](#)



Portaria n.º 292/2022, de 9 de Dezembro

Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2024 - [DOC](#)

Despacho n.º 14779/2022, de 28 de Dezembro

Fixa os valores das taxas unitárias globais de rota e das taxas de câmbio das diversas moedas nacionais em relação ao euro - [DOC](#)

Despacho n.º 14724-A/2022, de 27 de Dezembro

Apoio financeiro aos utilizadores de veículos elétricos - [DOC](#)

Despacho n.º 14043-B/2022, de 5 de Dezembro

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o segundo semestre do ano de 2023 - [DOC](#)

Despacho n.º 14043-A/2022, de 5 de Dezembro

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023 - [DOC](#)

Despacho Normativo n.º 16/2022, de 30 de Dezembro

Aprova o Regulamento de Publicação de Atos no Diário da República - [DOC](#)

Regulamento n.º 1191/2022, de 26 de Dezembro

Aprova o Regulamento dos Deveres Gerais e Específicos de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - [DOC](#)

Regulamento n.º 1184/2022, de 21 de Dezembro

Aprova o Regulamento de Supervisão do Sistema Petrolífero Nacional - [DOC](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

DECRETOS DA ASSEMBLEIA

Decreto da Assembleia 22/XV, 16 de Dezembro

Autoriza o Governo a rever a legislação relativa à atividade dos organismos de investimento coletivo - [DOC](#)

PROPOSTAS DE LEI

Proposta de Lei 56/XV/1, 23 de Dezembro

Estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial de Lei 15/XV/1 - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Aprovados Programas do Portugal 2030 - PT2030 - [DOC](#)

Balanço 2022: Economia, Emprego e Finanças Públicas - [DOC](#)

Apoio extraordinário à Electricidade e ao Gás - Regime transitório de estabilização de preços - [DOC](#)

Ambiente + Simples - Simplex - [DOC](#)

Faturas Sem Papel - [DOC](#)



Esclarecimento sobre o prazo da confirmação anual da informação do RCBE - Registo Central do Beneficiário Efetivo - DOC

Comunicado do Conselho de Ministros, de 12 de Janeiro - DOC

ponto 2. Foi aprovada a resolução que estabelece um questionário de verificação prévia à propositura de membros de Governo ao Presidente da República, que deve ser preenchido pelas personalidades convidadas pelo Primeiro-Ministro ou indigitadas para integrar o Governo. O documento é uma ferramenta de avaliação política, no âmbito do processo de designação e que inclui uma declaração de compromisso de honra.

ponto 4. Foi aprovado o decreto-lei que alarga o âmbito pessoal de acesso ao regime público de capitalização, bem como ao respetivo fundo de certificados de reforma.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 5 de Janeiro - DOC

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou o decreto-lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023.

ponto 2. Foi aprovada a criação de apoios adicionais no âmbito do sistema de incentivos «Apoiar as Indústrias Intensivas em Gás», permitindo a atribuição de apoios até 2 milhões de euros ou até 5 milhões de euros, respetivamente, no caso de aumentos excecionais e particularmente elevados nos custos de aquisição de gás natural e no caso de empresas com utilização intensiva de energia com demonstração de perdas de exploração.

ponto 5. O Governo aprovou uma resolução fundamentada que declara o interesse público na execução do ato de extinção da Fundação Arte Moderna e Contemporânea - Coleção Berardo.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 22 de Dezembro - DOC

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje o decreto-lei com a imposição da limitação do aumento das portagens para 2023 em 4,9%, e o respetivo mecanismo de repartição de responsabilidades.

ponto 4. Foi aprovado o decreto-lei que cria o Sistema de Apoio à Reposição das Capacidades Produtivas e da Competitividade. O objetivo é estabelecer o enquadramento normativo para apoiar o restabelecimento das capacidades produtivas e da competitividade das empresas afetadas, total ou parcialmente, por situações adversas, nomeadamente incêndios, inundações, deslizamento de terras, tornados, terremotos, furacões, entre outros.

ponto 8. Foi aprovada a Estratégia Nacional para a Conetividade em Redes de Comunicações Eletrónicas de Capacidade Muito Elevada 2023-2030. A Estratégia aprovada determina o lançamento, até ao final do primeiro trimestre de 2023, dos procedimentos concursais para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de capacidade muito elevada nas áreas identificadas.

ponto 9. Foi aprovada a proposta de lei que visa a criação de um quadro legal que incentive a criação e o desenvolvimento da atividade de start-ups e scaleups, alterar o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e ajustar o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial

ponto 16. Foi aprovada a resolução que renova a declaração da TAP, S.A., da Portugália, S.A., e da Cateringpor, S.A., em situação económica difícil.

ponto 17. Foi aprovada a resolução que autoriza a República Portuguesa a participar na reconstituição de recursos de instituições financeiras de carácter multilateral.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 15 de Dezembro - DOC

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje o decreto-lei que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027.

ponto 2. Foi aprovado o decreto-lei que determina o aumento do salário mínimo nacional para os 760 euros a partir de 1 de janeiro de 2023.



CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

RELATÓRIOS, CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Principais Deliberações do Conselho de Administração da CMVM - 5 e 7 de Dezembro - 12 e 16 de Dezembro - 21 e 22 de Dezembro - 27 e 29 de Dezembro - 2 e 5 de Janeiro

CMVM publica “Risk Outlook” para 2023 - [DOC](#)

Relatório de consulta sobre Inteligência Artificial e Mercado de Capitais - [DOC](#)

Conselho de Reguladores do MIBEL faz um balanço da atividade em 2022 - [DOC](#)

CMVM obtém a certificação do Sistema de Gestão da Conciliação - [DOC](#)

Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários - n.º 72 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Novembro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Novembro - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais português** - Dezembro - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Novembro - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 11/2022, de 27 de Dezembro - Procedimento de registo de agentes e distribuidores de instituições de pagamento e de moeda eletrónica - [DOC](#) [*Decorre até 7 de Fevereiro de 2023*]

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 20/2022 - Divulga, para o 1.º trimestre de 2023, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores no âmbito do DL n.º 133/2009 - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 19/2022 - Fixa em 0,029% a taxa base para a determinação das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução no ano de 2023 - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 18/2022 - Fixa em 0,0018% a taxa contributiva de base para determinação da taxa de cada instituição, bem como o valor da contribuição mínima para o Fundo de Garantia de Depósitos a realizar pelas instituições participantes (1200 euros) no ano de 2023. Determina que as instituições de crédito participantes não podem substituir a sua contribuição anual por compromissos irrevogáveis de pagamento - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2022/00000037 - Informa que foram publicadas as novas Orientações da EBA relativas ao exercício de recolha de informação sobre os colaboradores que auferem remunerações elevadas (EBA/GL/2022/08), que entrarão em vigor no próximo dia 31-12-2022 e que revogarão as orientações publicadas em 17-7-2014 (EBA/GL/2014/07) - [DOC](#)



RELATÓRIOS E BOLETINS

Sistema Bancário Português - 3.º trimestre de 2022 - [DOC](#)

Cadernos Jurídicos n.º 6 - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 12/2022 - Dezembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 12/2022: 1º Suplemento - Dezembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 12/2022: 2º Suplemento - Dezembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 12/2022: 3º Suplemento - Dezembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 12/2022: 4º Suplemento - Dezembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 12/2022: 5º Suplemento - Dezembro - [DOC](#)

Boletim Económico n.º 12/2022 - Dezembro - [DOC](#)

Indicador diário de atividade económica - Janeiro - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Intervenção do Governador Mário Centeno no Encontro Anual do Conselho da Diáspora Portuguesa: "O Futuro da Economia e do Emprego em Portugal" - [DOC](#)

Artigo do Governador Mário Centeno na revista Exame: "A economia portuguesa na encruzilhada da incerteza global" - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o Boletim Económico de dezembro de 2022 - [DOC](#)

Taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 1.º trimestre de 2023 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Novembro - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Outubro - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Outubro - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Novembro - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Outubro - [DOC](#)

Emissões de títulos: Outubro - [DOC](#)

Dívida pública: Novembro - [DOC](#)

CNSF - CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros lança sítio na internet - [DOC](#)



ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Carta-Circular n.º 12/2022, Impacto da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas no cálculo do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos - [DOC](#)

EIOPA publica a segunda versão do Dashboard europeu de protection gaps para catástrofes naturais - [DOC](#)

Painel de Riscos do Setor Segurador da ASF - dezembro de 2022 - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

IRS - Regras de Liquidação I Residentes - 2021 - [DOC](#)

IRS - Principais prazos em 2023 - [DOC](#)

Newsletter #5 - dezembro 2022 - [DOC](#)

Despacho n.º 8/2022-XXII, de 13/22, do SEAAF - Flexibilização do calendário fiscal - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 35185/2022 - Valor do “UR” para efeitos da fórmula de cálculo prevista no n.º 3 do art.º 11.º do CISV - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 15929/2022 - Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro, a utilizar de 1 a 31 de janeiro de 2023 - [DOC](#)

DGAJ - DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

DGAJ elabora e divulga o calendário judicial para 2023 - [DOC](#)

DGO - DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Síntese de Execução Orçamental - [DOC](#)

Dados da execução orçamental (contabilidade pública) - [DOC](#)

IGCP - AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA

Taxas de Juro dos Certificados de Aforro das Séries A, B, C, D e E em janeiro de 2023 - [DOC](#)

IRN - INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO

Prazo da confirmação anual da informação do RCBE: Esclarecimento - [DOC](#)

ACT - AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO

Publicado Guia do Trabalho Fronteiriço entre Portugal e Espanha - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional (extrato) n.º 792/2022, de 3 de Janeiro

I. Julga inconstitucional a norma constante do n.º 8 do artigo 2.º do Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril, na interpretação segundo a qual o prazo de um ano para requerer o pagamento dos créditos laborais, certificados com a declaração de insolvência, cominado naquele preceito legal é de caducidade e insuscetível de qualquer interrupção ou suspensão; não julga inconstitucional a norma extraída da alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril, nos termos da qual os requerimentos apresentados na pendência de Processo Especial de Revitalização ficam sujeitos ao Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial e são objeto de reapreciação oficiosa -

[DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 29 de Novembro

I. Ao invocar determinado direito, ao autor compete especificar a respectiva causa de pedir, a fonte desse direito, o facto de onde, no seu entendimento, procede tal direito, neles alicerçando, numa relação lógico-jurídica, o pedido deduzido.

II. A causa de pedir exerce uma função individualizadora do objecto do processo, conformando-o; pelo que o tribunal tem de a considerar ao apreciar o pedido e não pode basear a sentença de mérito em causa de pedir não invocada pelo autor, sob pena de nulidade da sentença.

III. Na apreciação da justa causa de resolução, o tribunal apenas pode considerar a factualidade indicada pelo trabalhador na comunicação escrita enviada ao empregador, como decorre do artigo 395.º, n.º 1, do Código do Trabalho.

IV. Numa estrutura empresarial hierarquizada, não saber lidar com a pressão inerente ao exercício de funções, por mais ou menos qualificadas que possam ser, pode ter origens ou causas várias, mas não integra, em abstracto, o conceito de assédio moral prescrito no artigo 29.º do Código do Trabalho. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 27 de Outubro

I. A legitimidade e o interesse em agir, sendo ambos pressupostos processuais, embora o último não previsto na lei, mas reconhecido na doutrina e jurisprudência, não se confundem: ser parte legítima significa que se é titular da relação jurídica, tal como o autor a delineou; já no interesse em agir está em causa a necessidade de recurso aos tribunais para tutela de um direito.

II. Uma sociedade comercial não deixa de ser parte legítima por o seu capital social ser adquirido por outra; a mudança da estrutura accionista não afecta a sua identidade jurídica. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Administrativo, de 7 de Dezembro

I. A consagração do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) visou efectuar uma correspondência entre uma unidade económica e uma unidade jurídica, sendo a primeira constituída por uma sociedade dominante e por sociedades dominadas.

II. A sociedade dominante é um elemento económico e jurídico do grupo e não um elemento económico e jurídico externo ao Grupo, submetendo, na qualidade de sociedade dominante, mas também e enquanto sociedade integrante do Grupo, a declaração de rendimentos e beneficiando, nessa qualidade de elemento do Grupo, do regime especial de tributação nos mesmos termos que beneficiam as sociedades dominadas.

III. O requisito-regra relativo à inexistência de prejuízos fiscais nos três exercícios anteriores ao de aplicação do regime especial de tributação, consagrado no n.º 4, do artigo 69.º, 1ª parte, aplica-se quer às sociedades dominadas quer às sociedades dominantes.

IV. O legislador apenas admitiu uma excepção ao requisito regra referido em I: podem fazer parte do grupo e beneficiar do regime especial de tributação sociedades que tenham declarado prejuízos nesse período de tempo desde que a sociedade dominante possua, nessa sociedade dominada, uma participação de 90% há mais de dois anos. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Administrativo, de 7 de Dezembro

I. Encontram-se abrangidas pelo disposto no artigo 183.º-B do CPPT as garantias constituída pela Autoridade Tributária e Aduaneira, como seja o caso da hipoteca legal. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Administrativo, de 23 de Novembro

I. Para efeitos de mais-valias, no caso de contrato de compra e venda de um imóvel com pagamentos diferidos, os ganhos consideram-se obtidos no momento da celebração do contrato - artigo 10.º, n.º 3, do Código do IRS. - [DOC](#)



Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 6 de Dezembro

I. A indisponibilidade de acesso à plataforma onde decorre venda por leilão eletrónico contém um regime próprio, determinando-se que «Ao longo do período em que vigora a venda, a plataforma está acessível em pelo menos 95 /prct. do tempo contado entre as 08.00 horas da manhã e as 24.00 horas, sob pena de ter de ser fixado novo período para realização do leilão».

II. O legislador previu, assim, um período mínimo de 95% de disponibilidade da plataforma como requisito da realização válida do leilão eletrónico. Caso não ocorra esse período mínimo de 95% de disponibilidade da plataforma, a sanção correspondente é a repetição do leilão.

III. A informação do apoio técnico no sentido de que, no dia do leilão eletrónico, «(...) verificaram-se alguns registos de indisponibilidade da plataforma» constitui realidade diversa do registo de indisponibilidade da plataforma por um período igual ou superior a 5% do tempo em que a mesma devia estar disponível para o leilão eletrónico. Da informação prestada não cabe extrair por presunção judicial que tais registos de indisponibilidade tenham somado um período de tempo igual ou superior a 5% do tempo devido. Não há regra de experiência que seja convocável como nexu lógico neste circunspeco.

IV. Assim, não havia razões para dar sem efeito tal leilão e designar data para a realização de outro. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 23 de Novembro

I. Tendo as partes convencionado, no âmbito de um acordo de Isenção de Horário de Trabalho que constitui o desenvolvimento transitório da relação de trabalho, a possibilidade de qualquer delas fazer cessar a vigência do acordo, basta à empregadora, ocorrendo uma situação de reestruturação da R. em que as necessidades de disponibilidade especial da trabalhadora deixaram de se verificar, comunicar que deixou de existir motivo para manter o compromisso assumido para que cesse licitamente a obrigação de pagamento do suplemento remuneratório.

II. A cessação da situação de Isenção de Horário de Trabalho pela empregadora seguida de uma proposta de revogação contratual não aceite pela Autora não significa que haja assédio moral, se não se demonstra que tal teve como objetivo ou efeito perturbá-la ou constrangê-la, afetar a sua dignidade ou criar-lhe um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador (art.º 29/2 do CT).

III. Nestas circunstâncias não existe abuso de direito por parte da ré, não se vislumbrando que tenha excedido os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou económico do seu direito (art.º 334 CC). - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 10 de Novembro

I. Atuam, culposamente, as rés que, nas instalações do centro comercial de que são proprietária/gestora (o qual tem a área de 6673 m2, com 3 pisos de lojas e é frequentado, em média, por dia, por 28.000 pessoas), à data do acidente que vitimou a autora – a qual escorregou em água, que se encontrava numa pequena zona no pavimento da área da restauração do centro, caindo no solo – apenas dispunham de 2 funcionários de vigilância e segurança, bem como de 2 funcionárias de limpeza a quem competiam as operações de limpeza e secagem dos pavimentos e de limpeza de hora a hora das instalações sanitárias do centro, não alocando, por isso, o número de meios suficiente para a limpeza das instalações e para a vigilância das mesmas - atenta a sua extensão e a utilização diária que delas é feita, não demonstrando, assim, terem cumprido o dever de vigilância que ao caso cabia.

II. Na determinação do quantum da compensação por danos não patrimoniais deve atender-se à equidade (cfr. artigo 496º, n.º 3 do CC), ao grau de culpabilidade do agente, à situação económica deste e do lesado e às demais circunstâncias do caso (cfr. artigo 494.º do CC, aplicável, ex vi, da primeira parte do n.º 3 do artigo 496.º do mesmo Código).

III. Considerando a idade da autora à data do acidente, o quantum doloris de grau 4 (em 7 graus de gravidade crescente), o seu dano estético permanente fixado em grau 1 (em 7), a repercussão permanente nas atividades físicas e de lazer fixada em grau 3 (em 7), sendo as sequelas do acidente compatíveis com o exercício da atividade habitual, mas demandando esforços suplementares e tendo sofrido um défice funcional temporário total de 2 dias e parcial de 527 dias, com 17 dias de repercussão total na atividade profissional e 512 dias na atividade profissional parcial, bem como, um défice funcional permanente da integridade físico-psíquica fixável em 2 pontos (numa escala de 1 a 100), carecendo de consultas médicas de ortopedia com uma regularidade -pelo menos- anual e tendo visto perturbada a sua estabilidade psicológica, sem que a mesma tenha tido culpa na produção do acidente, afigura-se equitativa, adequada e justa, a compensação dos danos não patrimoniais sofridos pelo valor de € 20.000,00. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 28 de Novembro

I. Refletindo a prova documental, em contrário do que ficou a constar da matéria assente, que, aquando da transferência de contrato de mútuo bancário para o Banco R., a A. tinha prestações em dívida e que o R. explicitou reiteradamente à A. a existência de um movimento a crédito devido a lapso e movimentos subsequentes, a matéria de facto deve ser alterada em conformidade.



II. Constando da matéria adquirida factualidade desenquadrada do respetivo contexto, assinaladamente cronológico, de molde a não permitir que o julgador seja induzido em erro na prolação de decisão de direito, a matéria de facto deve ser circunstanciada.

III. Não se justifica que o tribunal altere matéria de facto para além daquela impugnada pelo recorrente a fim de evitar contradição entre a factualidade que se pretendia alterar e foi alterada e outros factos dados como assentes em sede de julgamento, quando a matéria suprimida, referente a factos lesivos, por si só inviabiliza a existência dos prejuízos.

IV. Só a violação relevante de deveres de cuidado, proteção, lealdade, informação e boa fé por parte da entidade bancária é suscetível de a fazer incorrer em responsabilidade.

V. O banco que, por lapso informático, credita conta bancária do cliente, vendo-se este avantajado com a quantia depositada, advertindo aquele de que tal ocorreu, explicitando claramente as circunstâncias do caso concreto e chamando a atenção de que o montante será retirado, não infringe a relação contratual complexa que mantém com o cliente.

VI. Constituinte requisito da ressarcibilidade dos danos não patrimoniais a sua gravidade, o lapso informático descrito nunca seria de molde a gerar um prejuízo sério na esfera jurídica do lesado. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 10 de Novembro

I. O dever de apresentação das contas previsto nos arts 65 e segs do CSC visa permitir a informação sobre a real situação da sociedade, protegendo interesses públicos e privados.

II. A irregularidade consubstanciada na falta de assinatura do relatório de gestão é regulada pelo art. 69º, do CSC.

III. Se a parte que invoca a mesma foi o administrador que deu causa à omissão dessa única assinatura, não pode ser declarada nenhuma irregularidade.

IV. Nos mesmos termos, o vogal do conselho fiscal, filho do administrador que não assina o parecer desse órgão sem qualquer justificação viola por omissão os seus deveres funcionais.

V. A irregularidade dessa omissão não pode ser declarada por aplicação do princípio geral processual, aplicável, nos termos do art. 2º do CSC aos procedimentos societários, segundo o qual não pode invocar a nulidade aquele que lhe deu causa (art. 197º, do CPC).

VI. A força de precedente de um aresto depende da identidade de situações de facto. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 7 de Novembro

I. O instituto do “abuso de direito”, enunciado no art. 334º do CC, serve de válvula de segurança do sistema, para os casos de pressão violenta da nossa consciência jurídica contra a rígida estruturação, geral e abstracta, de normas legais, obstando a injustiças clamorosas, que o próprio legislador não hesitaria em repudiar se as tivesse vislumbrado.

II. Não há “abuso de direito” na conduta da A./trabalhadora que propõe acção contra a Ré/empregadora, se esta não prova que aquela recebeu a comunicação electrónica que lhe fez e que esteve no desencadear da situação que veio a culminar no despedimento da Autora.

III. Ao transmitente, de um documento electrónico, exige-se não só a prova do seu envio, como a prova da sua recepção, pelo destinatário do endereço a quem foi enviado. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 20 de Outubro

I. A fundamentação dos despachos consubstancia um imperativo legal, com força constitucional, nos termos do artº 205º, nº1, da CRP, tendente a evitar, além do mais, a discricionariedade despótica e a facilitar o reexame pelos tribunais de recurso.

II. O despacho tem um contexto fáctico e temporal, tendo de ser integrado no mesmo, à luz dos demais atos praticados no processo. Casos há, em que se consegue perceber perfeitamente o raciocínio feito pelo tribunal recorrido, bem como as consequências que retirou e as razões pelas quais o fez.

III. Sendo perceptível este iter cognitivo, que a consulta do processo sempre complementa, resultando perfeitamente cognoscível e sindicável a motivação do tribunal e a razão pela qual o tribunal recorrido decidiu como o fez, deve considerar-se inexistir qualquer nulidade do despacho.

IV. O depoimento de parte de sociedade anónima pode ser prestado por representante escolhido por essa sociedade e ao qual, através de procuração, foram atribuídos poderes especiais para o efeito. - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 15 de Novembro

IRS. Actividade de Elevado Valor Acrescentado. Quadro Superior de Empresa - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 3 de Novembro

IRC – Seguros Unit-Linked – Tributação de dividendos – Nova redação do n.º 6 do artigo 51.º do CIRC – Aplicação de coeficientes de desvalorização da moeda às Unidades de Participação. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

KEY DOCUMENTS

Preliminary assessment of the second payment request for Portugal - [DOC](#)

EU institutions agree on joint priorities for 2023 and 2024 - [DOC](#)

Working document on the EU's legislative priorities for 2023 and 2024 - [DOC](#)

Fifth Progress Report on the EU Security Union Strategy - [DOC](#)

Declaração sobre direitos e princípios digitais: os valores e os cidadãos da UE no centro da transformação digital - [DOC](#)

CONSULTATIONS

Listing Act – making public capital markets more attractive for EU companies and facilitating access to capital for SMEs - [DOC](#)

Insolvency laws – increasing convergence of national laws to encourage cross-border investment - [DOC](#)

Digital Services Act – methodology for calculating the supervisory fee - [DOC](#)

Digital Markets Act – implementing provisions - [DOC](#)

DECISIONS AND REGULATION

Resolução do Parlamento Europeu, de 5 de maio de 2022, sobre a política de concorrência – relatório anual de 2021 (2021/2185(INI)) - [DOC](#)

Decision (EU) 2022/2481 of the European Parliament and of the Council of 14 December 2022 establishing the Digital Decade Policy Programme 2030 - [DOC](#)

Council Directive (EU) 2022/2523 of 14 December 2022 on ensuring a global minimum level of taxation for multinational enterprise groups and large-scale domestic groups in the Union - [DOC](#)

Council Regulation (EU) 2022/2578 of 22 December 2022 establishing a market correction mechanism to protect Union citizens and the economy against excessively high prices - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2022/2454 of 14 December 2022 laying down implementing technical standards for the application of Directive 2002/87/EC of the European Parliament and of the Council with regard to supervisory reporting of risk concentrations and intra-group transactions - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2022/2453 of 30 November 2022 amending the implementing technical standards laid down in Implementing Regulation (EU) 2021/637 as regards the disclosure of environmental, social and governance risks - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2022/2449 of 13 December 2022 amending Implementing Regulation (EU) No 612/2013 as regards the data registered in messages relating to the registration of economic operators involved in the movements of excise goods released for consumption in one Member State and moved to another Member State to be delivered there for commercial purposes - [DOC](#)



Commission Implementing Decision (EU, Euratom) 2022/2545 of 19 December 2022 on establishing the framework for allocating costs related to borrowing and debt management operations under the diversified funding strategy - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU, Euratom) 2022/2544 of 19 December 2022 establishing the arrangements for the administration and implementation of the EU borrowing and debt management operations under the diversified funding strategy and related lending operations - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2022/2581 of 20 June 2022 laying down implementing technical standards for the application of Directive 2013/36/EU of the European Parliament and of the Council with regard to provision of information in applications for authorisation of a credit institution - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2022/2573 of 13 December 2022 amending Implementing Regulation (EU) 2016/323 as regards the messages relating to the movements of excise goods under duty suspension pursuant to Council Regulation (EU) No 389/2012 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2022/1994 of 21 November 2022 amending the implementing technical standards laid down in Implementing Regulation (EU) 2021/451 as regards own funds, asset encumbrance, liquidity and reporting for the purposes of identifying global systemically important institutions - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2022/2579 of 10 June 2022 supplementing Directive 2013/36/EU of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the information to be provided by an undertaking in the application for authorisation in accordance with Article 8a of that Directive - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2022/2580 of 17 June 2022 supplementing Directive 2013/36/EU of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the information to be provided in the application for the authorisation as a credit institution, and specifying the obstacles which may prevent the effective exercise of supervisory functions of competent authorities - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2022/2553 of 21 September 2022 amending the regulatory technical standards laid down in Delegated Regulation (EU) 2019/815 as regards the 2022 update of the taxonomy for the single electronic reporting format - [DOC](#)

Directive (EU) 2022/2556 of the European Parliament and of the Council of 14 December 2022 amending Directives 2009/65/EC, 2009/138/EC, 2011/61/EU, 2013/36/EU, 2014/59/EU, 2014/65/EU, (EU) 2015/2366 and (EU) 2016/2341 as regards digital operational resilience for the financial sector - [DOC](#)

Directive (EU) 2022/2464 of 14 December 2022 amending Regulation (EU) No 537/2014, Directive 2004/109/EC, Directive 2006/43/EC and Directive 2013/34/EU, as regards corporate sustainability reporting - [DOC](#)

Directive (EU) 2022/2381 of the European Parliament and of the Council of 23 November 2022 on improving the gender balance among directors of listed companies and related measures - [DOC](#)

Regulation (EU) 2022/2554 of the European Parliament and of the Council of 14 December 2022 on digital operational resilience for the financial sector and amending Regulations (EC) No 1060/2009, (EU) No 648/2012, (EU) No 600/2014, (EU) No 909/2014 and (EU) 2016/1011 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2022/0000 of the European Central Bank of 16 December 2022 amending Decision (EU) 2019/1743 on the remuneration of holdings of excess reserves and of certain deposits (ECB/2019/31) and Decision (EU) 2022/1521 on temporary adjustments to the remuneration of certain non-monetary policy deposits held with national central banks and the European Central Bank (ECB/2022/30) (ECB/2022/47) - [DOC](#)

Comunicação da Comissão Orientações relativas aos auxílios estatais nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais 2022/C 485/01 - [DOC](#)



OTHER DOCUMENTS

NextGenerationEU: European Commission endorses positive preliminary assessment of Portugal's second request for €1.8 billion disbursement under the Recovery and Resilience Facility - [DOC](#)

Second Trade Specialised Committee on Regulatory Cooperation under the EU-UK Trade and Cooperation Agreement - [DOC](#)

Commission's assessment of Luxembourg's revised recovery and resilience - [DOC](#)

Staff-working document accompanying the proposal for a Council Implementing Decision - [DOC](#)

Second Trade Specialised Committee on Customs Cooperation and Rules of Origin - [DOC](#)

Taxation: Embracing the digital transition to help fight VAT fraud and support EU businesses - [DOC](#)

Industrial investments in R&D in the EU again on the rise - [DOC](#)

2021 Budgetary transparency report - [DOC](#)

Budget line-by-line - [DOC](#)

Protecting jobs and workers - [DOC](#)

EU Charter of Fundamental Rights: annual report - [DOC](#)

Labour market and wage developments in Europe - [DOC](#)

Annual Burden Survey - [DOC](#)

ECA - EUROPEAN COURT OF AUDITORS

Relatório Especial 28/2022: Apoio para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE) - [DOC](#)

Relatório Especial 27/2022: Apoio da UE à cooperação transfronteiriça com os países vizinhos - [DOC](#)

Relatório Especial 25/2022: Verificação do Rendimento Nacional Bruto para financiamento do orçamento da UE - [DOC](#)

ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

KEY DOCUMENTS

Opinion on a proposal for a Council regulation establishing a market correction mechanism to protect citizens and the economy against excessively high prices (CON/2022/44) - [DOC](#)

WORKING PAPERS

Working Paper Series n.º 2763: Leaning against the global financial cycle - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2761: Optimal trend inflation, misallocation and the pass-through of labour costs to prices - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2760: Pandemic lending: micro and macro effects of model-based regulation - [DOC](#)



Working Paper Series n.º 2758: **Bank bond holdings and bail-in regulatory changes: evidence from euro area security registers** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2756: **The impact of derivatives collateralization on liquidity risk: evidence from the investment funds sector** - [DOC](#)

STATISTICS

Euro area pension fund statistics, third quarter of 2022 - [DOC](#)

Euro area investment fund statistics, third quarter of 2022 - [DOC](#)

Households and non-financial corporations in the euro area: third quarter of 2022 - [DOC](#)

Euro area bank interest rate statistics: November 2022 - [DOC](#)

Euro area monthly balance of payments: October 2022 - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS AND INTERVENTIONS

ECB reviews its risk control framework for credit operations - [DOC](#)

Cash remains the most frequently used means of payment in stores but electronic payments grow further, ECB study shows - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

DECISIONS RECOMMENDATIONS AND OTHER DOCUMENTS

ESMA publish joint advice to the EU Commission on the review of the securitisation prudential framework - [DOC](#)

ESMA publishes its assessment of the Brexit relocation processes - [DOC](#)

ESMA Publishes 2022 ESEF XBRL Taxonomy Files and ESED Conformance Suite - [DOC](#)

ESMA Publishes Guidelines and Technical Documentation on Reporting Under EMIR REFIT - [DOC](#)

ESMA Publishes Technical Standards on Cross-Border Activities Under The UCITS Directive and The AIFMD - [DOC](#)

ESMA Supports Position limits for TFT Gas Futures - [DOC](#)

ESMA Issues Positive Opinion on Amended RTS 1 and 2 - [DOC](#)

ESMA Promotes Clarity to Market Participants on Best Execution Reporting - [DOC](#)

ESMA Provides Guidance for Supervision of Cross-Border Activities of Investment Firms - [DOC](#)

New Q&As Available - [MiFID II and MiFIR market structures](#) - [Application of AIFMD](#) - [DLT Pilot Regime](#) - [European crowdfunding service providers for business Regulation](#)

ESMA Newsletter, n.º 40 - [DOC](#)



EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

Consultation to amend the data collection for the benchmark exercise in 2024 - [DOC](#)

EBA consults on Guidelines on the overall recovery capacity in recovery planning - [DOC](#)

EBA publishes its roadmap on sustainable finance - [DOC](#)

EBA publishes final technical standards on the identification of a group of connected clients - [DOC](#)

EBA publishes its closure report of COVID-19 measures and repeals its Guidelines on COVID-19 reporting and disclosure - [DOC](#)

EBA publishes its first thematic review on the transparency and level of fees and charges for retail banking products in the EU, observing that significant detriment still arises consumers - [DOC](#)

EBA risk assessment warns about the impact of a deteriorating macroeconomic environment - [DOC](#)

EBA standardizes information requirements to support sales and transfers of non-performing loans - [DOC](#)

EBA updates list of CET1 instruments - [DOC](#)

EBA updates list of diversified indices - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

ESAs Publishes List of Financial Conglomerates for 2022 - [DOC](#)

EIOPA - EUROPEAN INSURANCE AND OCCUPATIONAL PENSIONS AUTHORITY

EIOPA's financial stability report zeroes in on key risks - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

Risk Dashboard, November 2022 (Issue 42) - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Acórdão do Tribunal de Justiça (UE), C-694/20, 8 de Dezembro

«Reenvio prejudicial – Cooperação administrativa no domínio da fiscalidade – Troca automática de informações obrigatória em relação aos mecanismos transfronteiriços a comunicar – Diretiva 2011/16/UE, conforme alterada pela Diretiva (UE) 2018/822 – Artigo 8.º-AB, n.º 5 – Validade – Sigilo profissional do advogado – Dispensa da obrigação de comunicação concedida ao advogado intermediário sujeito ao sigilo profissional – Obrigação de este advogado intermediário notificar qualquer outro intermediário que não seja seu cliente das suas obrigações de comunicação – Artigos 7.º e 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia» - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal de Justiça (UE), C-460/20, 8 de Dezembro

Reenvio prejudicial - Proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais - Diretiva 95/46/CE - Artigo 12.º, alínea b) - Artigo 14.º, primeiro parágrafo, alínea a) - Regulamento (UE) 2016/679 - Artigo 17.º, n.º 3, alínea a) - Operador de um motor de busca na Internet - Pesquisa efetuada a partir do nome de uma pessoa - Exibição de uma hiperligação para artigos que contêm informações pretensamente inexatas na lista de resultados de pesquisa - Exibição, sob a forma de imagens de pré-visualização (thumbnails), de fotografias que ilustram esses artigos na lista de resultados de uma pesquisa de imagens - Pedido de supressão de referências dirigido ao operador do motor de busca - Ponderação dos direitos fundamentais - Artigos 7.º, 8.º, 11.º e 16.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia - Obrigações e responsabilidades que incumbem ao operador do motor de busca no tratamento de um pedido de supressão de referências - Ónus da prova que recai sobre o requerente da supressão de referências - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal de Justiça (UE), C-37/20 e C-601/20, 22 de Novembro

Reenvio prejudicial – Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo – Diretiva (UE) 2018/843 que altera a Diretiva (UE) 2015/849 – Alteração introduzida ao artigo 30.º, n.º 5, primeiro parágrafo, alínea c), desta última diretiva – Acesso de qualquer membro do público em geral a informações sobre os beneficiários efetivos – Validade – Artigos 7.º e 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Respeito pela vida privada e familiar – Proteção de dados pessoais - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

ANI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO

Comissão Europeia divulga Programa de Trabalhos do Horizonte Europa para 2023-24 - [DOC](#)

AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO

Aprovados Programas do Portugal 2030 - [DOC](#)

Taxa Base de Portugal em 2,56% nos auxílios de Estado - [DOC](#)

Portugal 2020: Fundos da Coesão cumprem meta de execução para 2022 - [DOC](#)

Prazo prorrogado para o Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030 - [DOC](#)

ANACOM

Calendário de divulgação de informação em 2023 - [DOC](#)

Nova Lei das Comunicações Eletrónicas - O que há de novo - [DOC](#)

ANACOM aprova Plano Plurianual de Atividades para o triénio - [DOC](#)

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

AdC elabora Guia de Boas Práticas relativo ao Gun-jumping - [DOC](#)

Prioridades 2023: AdC reforça capacidade de investigação no contexto da economia digital - [DOC](#)

BPF - BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO

BPF lança consulta pública sobre novos Instrumentos Financeiros PRR - [DOC](#)

Estão abertas as candidaturas à nova Linha de Apoio ao Aumento dos Custos de Produção - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Intervenção de Nazaré da Costa Cabral em “As Finanças Públicas e os Desafios Institucionais” - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Parecer n.º 109/2022 – Projeto de Decreto-Lei que transpõe a Diretiva (UE) 2019/520, relativa à interoperabilidade dos sistemas eletrónicos de portagem rodoviária - [DOC](#)

CNPD sanciona INE por cinco contraordenações - [DOC](#)



DGAEP - DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO

Boletim estatístico do emprego público (BOEP) - n.º 23 dezembro 2022- [DOC](#)

Síntese estatística do emprego público (SIEP) - 3º trimestre de 2022 - [DOC](#)

ERSE - ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

ERSE aprova o Regulamento de Supervisão do Sistema Petrolífero Nacional - [DOC](#)

Tarifas e Preços para a Energia Elétrica em 2023 - [DOC](#)

EURONEXT LISBON

Euronext expands ELITE's geographic footprint to Portugal - [DOC](#)

Euronext announces December quarterly review results of the PSI® - [DOC](#)

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Ética e integridade na política - [DOC](#)

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Alavancar o Salário no Talento - [DOC](#)

O Salário Médio em Portugal - [DOC](#)

O estado do futuro: um compromisso entre gerações - [DOC](#)

Gulbenkian Intergeracional. Um compromisso com o futuro - [DOC](#)

GEE - GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS (MINISTÉRIO DA ECONOMIA)

Pilar de Competitividade: Ambiente de Negócios - [DOC](#)

Pilar de Competitividade: Financiamento, Endividamento e Investimento das Empresas - [DOC](#)

European Industrial Strategy in the recent context: Industrial Ecosystems and Strategic Dependencies' insights from Portugal - [DOC](#)

Balanças Corrente e de Capital - Estatísticas Temáticas de conjuntura, n.º 12/22 - [DOC](#)

Estatísticas de Comércio Internacional, n.º 12/22 - [DOC](#)

Estatísticas de bolso de conjuntura, n.º 51/22 - [DOC](#)

Indicadores de Conjuntura – COVID-19 - [DOC](#)



IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO

PRR I Republicação de Avisos - [DOC](#)

IEFP - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P

Mercado de Emprego - Novembro de 2022 - [DOC](#)

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Atividade de comércio superou os níveis de 2019, destacando-se o aumento de 4,3% na margem comercial - 2021 - [DOC](#)

Taxa de variação homóloga do IPC diminuiu para 9,9% - Novembro de 2022 - [DOC](#)

Volume de Negócios nos Serviços desacelerou para 16,9% - Outubro de 2022 - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Regulating big tech - [DOC](#)

Cryptocurrencies and Decentralised Finance (DeFi) - [DOC](#)

The burst of high inflation in 2021–22: how and why did we get here? - [DOC](#)

DELOITTE

2023 Global human capital trends - [DOC](#)

Cyber Risk Services - [DOC](#)

EDPB - EUROPEAN DATA PROTECTION BOARD

The Portuguese Supervisory Authority fines the Portuguese National Statistics Institute (INE) 4.3 million EUR - [DOC](#)

EFAMA - EUROPEAN FUND AND ASSET MANAGEMENT ASSOCIATION

Asset Management Report 2022 - [DOC](#)

EIB - EUROPEAN INVESTMENT BANK

EIB Investment Report 2022/2023 - [DOC](#)

Diversity and Inclusion: 2021 Progress Report - [DOC](#)



EUROBAROMETER

Plenary Insights – December 2022 - [DOC](#)

EU's response to the energy challenges - [DOC](#)

Key challenges of our times - Autumn 2022 - [DOC](#)

EP Autumn 2022 Survey: Parlemeter - [DOC](#)

EUROFOUND

The rise in telework: Impact on working conditions and regulations - [DOC](#)

Living, working and COVID-19 in the European Union and 10 EU - [DOC](#)

2022 in review - [DOC](#)

EUROPEANISSUERS

EU Green Bonds – Joint statement by EuropeanIssuers, FESE and ICMA - [DOC](#)

EFRAG launches a call for application to join EFRAG's Community supporting the development of draft ESRS for listed SMEs - [DOC](#)

EUROSTAT

Key figures on European transport - 2022 edition - [DOC](#)

Annual inflation down to 10.1% in the euro area - [DOC](#)

Annual increase in labour costs at 2.9% in euro area - [DOC](#)

Euro area unemployment at 6.5% - [DOC](#)

Euro area international trade in goods deficit €26.5 bn - [DOC](#)

GDP up by 0.3% and employment up by 0.3% in the euro area - [DOC](#)

Industrial production down by 2.0% in the euro area and by 1.9% in the EU - [DOC](#)

FESE - FEDERATION OF EUROPEAN SECURITIES EXCHANGES

Joint statement from EuropeanIssuers, FESE and ICMA on the European Green Bonds Regulation - [DOC](#)

FRC - FINANCIAL REPORTING COUNCIL

FRC publishes "What makes a good Annual Report and Accounts" report - [DOC](#)



FSB - FINANCIAL STABILITY BOARD

Global Monitoring Report on Non-Bank Financial Intermediation 2022 - [DOC](#)

ILO - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION

Princípios gerais e linhas orientadoras para o recrutamento justo. Definição de comissões de recrutamento e custos relacionados - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

FY2022 – Output Costs Estimates and Budget Outturn - [DOC](#)

Equity and Efficiency Effects on Land Value Taxation - [DOC](#)

IMF's Precautionary Lending Instruments: Have they worked? - [DOC](#)

Macro-Financial Stability in the COVID-19 Crisis: Some Reflections - [DOC](#)

The Impact of the IMF's COVID-19 Support to Developing and Emerging Economies - [DOC](#)

Here Comes the Change: The Role of Global and Domestic Factors in Post-Pandemic Inflation in Europe - [DOC](#)

The Future of Macroeconomic Policy - [DOC](#)

The Global Economy's Turbulent Year in Five Charts - [DOC](#)

IPP - INSTITUTE OF PUBLIC POLICY

Digital Transition in the Recovery and Resilience Plan: Challenges for Portugal - [DOC](#)

Climate Change and its Debt Counterpart: Portugal in a cross-country comparative perspective - [DOC](#)

KPMG ADVISORY

KPMG 2022 Banking CEO Outlook - [DOC](#)

Pulse of Fintech H1 2022 - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Manual de Integridade Pública da OCDE - [DOC](#)

OECD Tourism Trends and Policies 2022 - [DOC](#)

Toolkit for raising awareness and preventing corruption in SMEs - [DOC](#)

OECD Policy Framework on Digital Security: Cybersecurity for Prosperity - [DOC](#)

What skills and abilities can automation technologies replicate and what does it mean for workers?: New evidence - [DOC](#)



The geography of foreign investment in OECD member countries: How investment promotion agencies support regional development - [DOC](#)

Unemployment Rates: December 2022 - [DOC](#)

G20 GDP Growth: Third quarter 2022 - [DOC](#)

Composite Leading Indicators (CLI): December 2022 - [DOC](#)

UNITED NATIONS

Handbook of Statistics 2022 - [DOC](#)

WEF - THE WORLD ECONOMIC FORUM

Global Risks Report 2023 - [DOC](#)

Future Readiness of SMEs and Mid-Sized Companies: A Year On - [DOC](#)

Small Business, Big Problem: New Report Says 67% of SMEs Worldwide Are Fighting for Survival - [DOC](#)

WORLD BANK

2022 in Nine Charts - [DOC](#)

Debt Transparency: Debt Reporting Heat Map - [DOC](#)



OTHER INSIGHTS

CEDIS - Anuário da Proteção de Dados - [DOC](#)

COLABOR - Os salários em Portugal: padrões de evolução, inflação e desigualdades - [DOC](#)

COLABOR - O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2022 - IPPS-Iscte - CoLABOR - [DOC](#)

EUROPEAN MICROFINANCE NETWORK - Microfinance in Europe: Survey Report (2022 edition) - [DOC](#)

FUNDAÇÃO JOSÉ NEVES - Livro Branco: mais e melhores empregos para os jovens - [DOC](#)

IMPIC - Relatório Semestral CIMEC - 1º semestre de 2022 - [DOC](#)

IMPIC - Revisão extraordinária de preços - Perguntas frequentes - [DOC](#)

INCODE - INCoDe.2030 divulga resultados do “Estudo para a empregabilidade (não TIC) no Futuro” - [DOC](#)

JOHNS HOPKINS CENTER FOR HEALTH SECURITY - COVID-19 Map - [DOC](#)

MACEDO VITORINO - Why Portugal - [DOC](#)

MAR SUSTENTÁVEL - Prémio Mar Sustentável - [DOC](#)

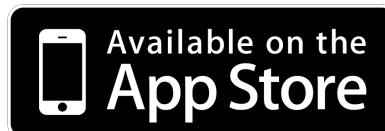
MCKINSEY - The future of banks: A \$20 trillion breakup opportunity - [DOC](#)

© **AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado**
Janeiro de 2023

O **REGULATORY UPDATE** é publicado pela **AEM**
com a colaboração da **SLBA - Sociedade de Advogados**

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)



[Read](#)



[Watch](#)



[Link](#)



[Like](#)



[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Janeiro 2023

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa
Telefone: +351 21 820 49 70
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@aem-portugal.com.